

HANS JONAS E O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE*

Antonio Valverde

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

“Duas questões se colocam quando iniciamos o trabalho teórico: quais são os fundamentos de uma ética, tal como a exigida pelo novo agir? E quais são as perspectivas de que a disciplina, que ela obriga, se imponha nas circunstâncias práticas do homem?”

Hans Jonas, *O Princípio Responsabilidade*.

Resumo: O ensaio circunscreve e investiga a urgência ética do princípio responsabilidade jonasiano para a civilização tecnológica, - entre o dever e o Ser; os avanços da “engenharia humana”, como registro da ausência de limites à tecnociência; o lugar da ética jonasiana frente a profusão de discursos éticos surgidos desde a Modernidade e a irrupção de desastres ecológicos a destruir a natureza.

Palavras-Chave: Hans Jonas; princípio responsabilidade; dever; Ser; profusão de discursos éticos; desastres ecológicos.

Abstract: The essay circumscribes and investigates the ethical urgency of the Jonasian responsibility principle for the technological civilization, - between duty and Being; the advances of “human engineering” as a record that technoscience has no boundaries; the place of Hans Jonas' ethics facing the profusion of ethical discourses that have emerged since Modernity and the eruption of ecological disasters that destroy nature.

Keywords: Hans Jonas; responsibility principle; duty; Being; profusion of ethical discourses; ecological disasters.

Prometeu ou Júpiter?

Giambattista Vico (1668-1744), em *Ciência Nova*, apresenta passagens relativas à estatura dos primeiros homens e ao surgimento de gigantes – os últimos teriam sido os patagões – defendendo a tese de que teria havido uma mutabilidade até que a humanidade alcançasse certa estabilidade, aos moldes

* Trabalho apresentado no V Colóquio Hans Jonas, promovido pelo GT Hans Jonas - ANPOF, realizado na PUCPR, Campus Prado Velho, Curitiba-PR, aos 24 de agosto de 2017. E-mail para contato: valverde@pucsp.br

da estatura mediana dos gregos, dos tempos antigos e de todos os tempos (*sic*). Segundo Vico, em todas as nações antigas apareceram gigantes, porém, Júpiter os eliminou a todos com seus raios¹.

A edição eletrônica do jornal *El País*, de 07 de abril de 2017, trouxe matéria intitulada: “Podemos oferecer a opção de ter um filho alto ou dois filhos de tamanho médio”, com o subtítulo de “Filósofo propõe reduzir a estatura das pessoas para lutar contra a mudança climática”². Trata-se do título da entrevista cedida pelo filósofo Matthew Liao, 45 anos, nascido em Taiwan, diretor do Centro de Bioética da Universidade de Nova York, na qual apresenta e propõe a “engenharia humana”, como a forma de “modificação biomédica das pessoas para lutar contra a mudança climática”. A sugestão para tal solução seria a redução da estatura dos futuros cidadãos, de forma que, assim, haveria a possibilidade de que fossem projetados filhos com estaturas menores, que consumissem menos alimentos e fossem menos suscetíveis a doenças. Segundo o jornalista Manuel Ansede, autor da matéria e da entrevista, para que isso fosse possível, “bastaria recorrer a um diagnóstico genético pré-implantacional, já empregado em clínicas de fertilidade para detectar embriões com doenças genéticas.” Uma vez que “os pais fariam isto voluntariamente”. Assim, seria possível “reduzir em quinze centímetros a estatura média dos norte-americanos”, o que significaria uma “redução de mais de quinze por cento da energia necessária para viver. Tais propostas encontram-se relatadas por Liao em *The Next Step: Exponential Life (O Próximo Passo: Vida Exponencial)*, livro financiado pela OpenMind, do BBVA, que analisa as implicações da atual revolução tecnológica”. Detalhe: Liao não é um simples charlatão como pode parecer, pois dirige o mais bem avaliado Centro de Bioética, atrelado ao Departamento de Filosofia de Universidade de Nova York. Seu lema é “pensar com originalidade”.

Pergunta-se: o que o princípio responsabilidade fundante do ensaio ético para a civilização tecnológica, de Hans Jonas, tem a oferecer ao debate ético e moral em vista de tal problemática, que parece ressuscitar o velho mecanicismo, a compreender o homem como máquina e, por extensão, também a natureza e o universo e, além disso, de representar uma renovação da vitória do positivismo, via ciência entendida e aplicada de modo determinista, frente à fineza do espírito, que é a motivação privilegiada da produção crítica filosófica? Está-se trocando o Prometeu, definitivamente

¹ “[193] Júpiter fulmina e derruba os gigantes...”, In VICO, G., *Ciência Nova*, “Segunda Secção – XLII”, 2005, p. 129.

² Manuel Ansede entrevista Matthew Liao, para o jornal *El País*, eletrônico, do dia 07 de abril de 2017, acessível pelo link http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/ciencia/1491499309_778401.html (Acesso aos 20/08/2017).

desacorrentado da palavra inicial de Jonas em sua obra magna, pelo Júpiter redivivo do *gabinete* do Dr. Liao³ – Eis uma questão para a Bioética, anunciada por Jonas no item “Manipulação genética”, do Capítulo “A natureza modificada do agir humano”, praticamente uma síntese de *O Princípio Responsabilidade*: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica, de 1979 e de pelo menos seis dos dez capítulos que formam o livro *Técnica, medicina e ética*, de 1985, entre outros tantos escritos acerca dessa temática escritos pelo filósofo alemão.

Profusão de discursos éticos desde a Modernidade

É evidente que há uma profusão de discursos éticos desde a Modernidade⁴ até a (in)questionável Pós-Modernidade, tal expansão alinha-se, salvo atropelo, desde a moral provisória de Descartes, sob o lema *larvatus*

³ Do universo da Literatura, descontados os habitantes da ilha de Lilipute do romance *As viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift (1667-1745), que mediam seis polegadas ou quinze centímetro e vinte e quatro milímetros de altura, a questão da redução da altura dos humanos não escapou a Monteiro Lobato, em *A chave do tamanho*, publicado em 1942. O mote: bombas caindo sobre Londres, durante a Segunda Guerra Mundial, motivam a tristeza de Dona Benta, por matarem pessoas inocentes. A solução fantástica seria desligar a “chave do tamanho”, que ocorre por engano na Casa das Chaves, findando por apequenar a humanidade. Após o incidente, o tamanho natural dos humanos foi recuperado, como resultado de um plebiscito no Sítio do Picapau Amarelo. – A consideração acerca de *A Chave do Tamanho* resulta de conversa com Thiago Schiavon Gonçalves, pelo que muito agradeço.

⁴ A profusão de discursos éticos em circulação, lançados ao início da Idade Moderna, por hipótese e correndo por fora de tais discursos, diga-se, considerados oficiais, pode considerar a obra maquiaveliana, sobretudo, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, (*Discorsi*) com a proposta precursora de uma nova relação entre ética e política, a pressupor que o bem público deveria pautar as tomadas de decisões éticas. A um tempo em que se principiava por delinear a distinção entre ética e filosofia moral, cabendo à primeira, de modo genérico, o domínio de princípios norteadores e, à segunda, sob declinação da primeira, a orientação pessoal frente a situações inéditas a requerer decisões corretas, porém sem o amparo do arco inflexível do *ethos antigo*. Pois, em cidades cosmopolitas, os modelos éticos construídos no passado de inter-relacionamento social não mais serviam de orientação. Em parte, demarcados pelo fato do surgimento de “novíssimos tipos sociais”, desconhecidos durante a Idade Média. Os novíssimos tipos sociais em cena do palco dos séculos XV e XVI eram os banqueiros, mercadores, mulheres cultas e ricas, *condottieri* com possibilidades de transformarem-se em príncipes, mesmo sem a hereditariedade nem o “sangue azul” para tal, mas pela construção própria da *virtù*, mais navegantes, indígenas e artistas a assinarem as próprias obras e receberem por elas, além das custas dos materiais utilizados, filósofos-magos a anteciparem, pela utilização da magia, do hermetismo, do atomismo, a invenção da ciência pautada pelo método experimental, e a consequente possibilidade da aplicabilidade técnica das aquisições da ciência, por fins, cardeais, filhos de famílias poderosas chegando a possuírem setecentos funcionários, dentre outros tipos. Assim, os novos habitantes das cidades não sabiam ao certo com “quem estavam falando”, como naquele cacete urbano antropológico, tão brasileiro, analisado por Roberto da Matta, mesmo que às avessas para o caso novos tipos: “você sabe com quem está falando!” – *Coisa nossa*, ainda entrado os anos 80, do século passado.

*prodeo*⁵ - e há quem diga que não haverá como superar a “moral provisória”, como se fosse uma condenação-, seguida pela ética espinosana, a deontológica, a utilitarista inventada por Helvetius e Bentham. Há também que se considerar a construção teórica, em Hegel, acerca da eticidade a fundar um panorama ético relevante. No século passado, a profusão de discursos éticos intentou responder à “irreligiosidade do futuro” – expressão cara a Guyau -, ao nihilismo, ao declínio das metanarrativas, à confluência acelerada entre ciência e tecnologia, e a certo ceticismo indistigável frente aos totalitarismos políticos. Assim, o espectro de tal produção encontra-se registrada em teorias éticas ligadas a tendências neoaristotélicas, às éticas da imanência, à teoria ético-política da justiça, do discurso, da libertação, à comunitarista, àquela da civilização tecnológica jonasiana, e à ética aplicada, que é a bioética, literalmente, ética da vida, além de outros discursos difundidos quase tão somente em círculos acadêmicos, intramuros da universidade. A novidade, diga-se, positiva, é a implantação de comitês de ética em todas as universidades e centros de pesquisa, com a finalidade de avaliar os projetos a serem desenvolvidos sob a tutela da ambiência de critérios éticos, formalizados em lei e decretos.

Em torno ao princípio responsabilidade

Acaso a profusão de discursos éticos em circulação dará conta de substituir o *ethos antigo* e a norma ética universal? Kant, certamente, o primeiro filósofo a compreender o sumiço dos universais, à medida que a sociedade tornava-se complexa desde o momento em que a norma ética universal tornara-se entrave para o avanço da classe burguesa,⁶ o que ocorrera em ondas

⁵ Faz todo sentido o lema de Descartes: *larvatus prodeo*, “eu caminho mascarado”. Pois, sob a nova configuração social, tornou-se necessário conhecer o outro, porém sem revelar a sua verdadeira identidade a do interessando em conhecer, como bem esclareceu Francis Bacon, nos *Essays*, particularmente, no de número VI (BACON, 1992, pp. 44-48). Neles, o Filósofo ensina a arte da simulação e da dissimulação para a protegida convivência social: conhecer o outro, de preferência, sem ser conhecido, como o diabo a esconder o rabo. Situação similar, salvo a distância histórica e social, encontrada no verso de Caetano Veloso: “Te encontro em Sampa / de onde mal se vê / quem sobe ou desce a rampa” (VELOSO, C., primeira canção, 1991).

⁶ *Grosso modo*. Em verdade, o sumiço da norma ética universal e dos universais, além do fim do *ethos antigo*, em registros de Kant e de Giacomo Leopardi (1798-1837), pelas obras *Fundamentação Metafísica dos Costumes* e *Discorso sopra lo stato presente dei costumi degl'italiani*, (KANT, 2009; LEOPARDI, 1996 e TEIXEIRA, 2013), indicaram em momentos diferentes e derivados de leituras e interpretações diversas, - um a compreender a essência do homem burguês para quem a norma ética seria um entrave considerável às suas pretensões e interesses de classe, outro, a voltar no tempo e reconstruir a arquitetônica da ética, desde o primeiro tempo axial, demarcado entre oitocentos e duzentos antes de Cristo. Tempo em que se consolidaram as grandes religiões, a ética e o poder crítico da razão, - a filosofia. O que veio depois fora dado como que por acréscimo, até o século XVII com a invenção da ciência e da técnica, como extensão dela, a fundar um novo tempo axial, cujos rumos e

sucessivas, movido pelo fato político-econômico do projeto burguês carecer de indivíduos empreendedores, alinhados pelos ditames da *vita activa* - redescoberta por Petrarca -, sob a forma do interesse por negócios e política e, no mesmo passo, despachar a *vita contemplativa*, um dos sustentáculos do *ethos antigo*, para uma instância secundária, complementar, senão de vez para um calendário ultrapassado. Segundo Bornheim, esse processo conduziu à afirmação do sujeito frente à norma ética universal. No embate, vencera o sujeito⁷. Sob a história da filosofia, a antecipação do indivíduo aparecera na filosofia do nominalismo na Idade Média, e não, casualmente, no início da filosofia moderna. E, ao crepúsculo da Modernidade, o pensamento hegeliano montou a última trincheira anti-nominalista, frente à centralidade do indivíduo.

Se desde a Filosofia Antiga até Descartes, o fazer filosófico pautou-se pelo Ser, de Descartes a Kant pela Verdade, e de Hegel em diante passou a guiar-se pelo Sentido, muito da reflexão filosófica relevante surgida após Hegel, fora registrada sob os indícios do Sentido, como a fenomenologia, a psicanálise, a semiótica, a hermenêutica. Contudo, sem abandonar *in totum* o Ser e a Verdade, a hegemonia da intenção de construção filosófica moveu-se em torno do sentido e do significado. Ora, um dos registros da ética de responsabilidade, ao entorno de sua fundamentação, considerado o mercado aberto de discursos éticos em concorrência, parece ser o registro do esvaziamento do sentido, identificado com o vazio ético ou o “vácuo ético”, como prefere Jonas, a marca essencial do tempo presente, o que, como aprendido com Hegel, exige a transformação do tempo presente em conceito. No caso, o conceito ético de responsabilidade; agora, porém, votado à civilização tecnológica. Conceito e seu predicado: assim, Jonas enfrenta de modo denodado a crise ética da atualidade. O que pode conferir à sua conceituação um aditamento relevante ao debate ético, portanto, destacado dos discursos éticos em circulação.

paradoxos Jonas discute, sem nomear sob esta forma, em vista do *ensaio* da ética de responsabilidade. A profusão de discursos éticos surgida na Idade Moderna e Contemporânea sustentaram-se prescindida do sagrado como fundamento e do espírito social votado ao comunitário. Vez que o projeto burguês prometeu e cumpriu o movimento de baixar o céu para terra, realizando o que fora promessa imaginada em momentos decisivos, anteriores, nunca realizados. Menos aos ideais relativos à vida afetiva pessoal. Os romances de talhe realista – do século XIX - mostram que personagens, sobretudo as femininas, ao formularem o interesse afetivo acima dos outros mais prosaicos, como riqueza, bem-estar e moralidade barata, chocavam-se contra a ordem político-social, e a corda, como se diz, arrebentava dos seus lados. Em uma mão, são os casos da Senhora de Rênal e de Mathilde de La Molle, de modo quase discreto, porém, Julien Sorel também não se sai bem no enredo de *Le Rouge et le Noir*, em outra, o de Emma Bovary e o de Anna Karenina, personagens que dão títulos a dois romances, e com estes, suspende-se os exemplos para não tornar a lista infundável. - Stendhal, Flaubert, Tolstoi.

⁷ BORNHEIM, 1992, p.247-258.

Porém, ética, derivada de *ethos*, desde os poemas homéricos e assimilado aos domínios da filosofia é, antes de nada, aquilo que se subtrai dos costumes, como modo de ser.⁸ Assim também, a invenção latina correspondente, *mores*, moral, semanticamente, ao menos em sua origem, é idêntica à noção de ética, inventada pelos gregos. Nos últimos tempos, houve uma expansão polissêmica do termo ética, que para os estudiosos de semiótica gera um prodígio e aos filósofos e professores de filosofia, porém, uma desgraça. Se há um vazio ético a pairar no Ocidente, desde que Nietzsche surfou na onda gigante do fim do *ethos antigo*, segundo MacIntyre, há também um esvaziamento da essência do termo ética. Afinal, traficante, bicheiro e político falam em ética, além de haver código de ética no campo de nudismo, a mostrar – sem moralismo - sua face ascética, como se lê na revista da companhia aérea, como parte do lazer mercantilizado e programado.

Ora, a questão que se impõe, no presente, é a de como lidar com o costume hegemônico, advindo da confluência da ciência com a técnica, na forma tecnociência, a padronizar comportamentos, decisões morais, “educação sentimental”, a realinhar a concepção “descritiva” de progresso e a vida futura. Talvez esta seja a questão de fundo da obra magna de Jonas, pois em “Conversas Públicas sobre o Princípio Responsabilidade”, relembra que “o debate” em curso, circulava em torno “do tema central “Técnica e a Ética”.” Em verdade, porque na origem do Esclarecimento, haviam duas correntes, uma, emancipatória - redundantemente, na linha da emancipação humana,

⁸ Lima Vaz problematiza e analisa a questão da crise do *ethos*, em painel ampliado, ao afirmar: “Que a história, desde o momento em que caminha para tornar-se efetivamente universal, seja atravessada pelo apelo irresistível à constituição desse *ethos*, atestam-no as grandes revoluções intelectuais e político-sociais que marcam o avançar dos tempos modernos. Todas elas, a começar pela revolução cartesiana da Razão, inscrevem nas suas bandeiras o programa de um *Ética* do viver histórico no qual estejam finalmente reconciliados o indivíduo e o universal. Ora, a Ética não é senão a codificação racional de um *ethos* que se supõe vivido pela comunidade histórica ou que esta se propõe viver. Assim, a primeira tarefa das revoluções modernas e que é provavelmente o traço mais marcante da sua originalidade, consiste em desenraizar o indivíduo da particularidade dos seus *ethoi* históricos tradicionais e em plasmá-lo segundo a forma daquele que se propõe como *indivíduo universal*: o ‘filósofo’ da Ilustração, o *citoyen* revolucionário, o burguês progressista, o homem comunista. A própria modernidade, entendida como imenso dever revolucionário, do qual as revoluções datadas e localizadas são apenas episódios de maior ou menor intensidade, não é senão a lenta e trabalhosa gestação do *homem universal* e é como tal que ela se autocompreende pelos seus filósofos e pelos seus ideólogos. Ora, nenhum êxito decisivo parece ter coroado até agora a iniciativa histórica de tantas revoluções e o designio teórico de tantos sistemas no sentido da criação de um *ethos* do homem universal e, conseqüentemente, da formulação de uma Ética que exponha e codifique as razões desse *ethos*. Aquela que se pretende a primeira civilização mundial encontra-se aqui no âmago da sua própria crise: uma civilização sem *ethos* e, assim, impotente para formular a Ética correspondente às suas práticas culturais e políticas e aos fins universais por ela proclamados. (VAZ, H. C. de L., “Ética e Civilização”, In *Síntese Nova Fase*, n. 49, 1990, pp. 7-8.

⁹ JONAS, 2013, p. 277.

fixada, emblematicamente, por Kant - e outra, tecnológica, desde Bacon e Descartes. O nome próprio dessa confluência é progresso, acrescido do dito de Condorcet, o paladino do “inevitável progresso”, enunciado ao final do século XVIII. Contudo, a maré revolucionária emergida com a Revolução Francesa persistiu, *grosso modo*, até a Segunda Guerra Mundial, passando pelas alturas das conquistas políticas da Revolução Russa, em parte, como momento de fraqueza da ordem capitalista. Ao mesmo tempo, desde o início do século passado, a busca crescente por mercadorias, como marca da sociedade de massas e de consumo, passaria a ser mais alvissareira que o interesse pela emancipação. Eis, sinteticamente, o novo costume, hegemônico, arraigado. Ao passo, que filósofos, como Jameson, reconhecem a tecnologia como fator de emancipação humana, outros, como Marcuse, pensam que deva ser direcionada, politicamente, para fins humanitários de libertação, não somente para dominação de senhores da tecnologia contra os despossuídos dela. Hans Jonas, tem posição crítica clara acerca da tecnologia e da pesquisa científica sem freios éticos, a ponto de propor a criação de uma instituição supranacional, quiçá como a ONU, com a finalidade de avaliar e, no limite, decidir o que a ciência pode e deve pesquisar e o que a tecnologia pode produzir, desde o princípio ético da responsabilidade em vista das gerações futuras, da preservação da vida autêntica e da conservação da natureza como a evolução a depurou até o ponto em que se encontra. O ponto atingido pela evolução em finíssimos processos de depuração e de elevação das potencialidades, conseqüentemente, vale para a manutenção da vida autêntica sobre a Terra. A propósito, Jonas escreveu:

O futuro da humanidade é o primeiro dever do comportamento coletivo humano na idade da civilização técnica, que se tornou “toda poderosa” no que tange ao seu potencial de destruição. Esse futuro da humanidade inclui, obviamente, o futuro da natureza como sua condição *sine qua non*. Mas, mesmo independentemente desse fato, este último constitui uma responsabilidade metafísica, na medida em que o homem se tornou perigoso não só para si, mas para toda a biosfera¹⁰.

Em o “Prefácio”, de *O Princípio Responsabilidade*, Jonas enuncia que

O Prometeu definitivamente desacorrentado, ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia o impulso infatigável, clama por uma ética que, por meio de freios voluntários, impeça o poder dos homens de se transformar em uma desgraça para eles mesmos¹¹.

¹⁰ JONAS, 2006, p. 229.

¹¹ JONAS, 2006, p.21.

O alerta máximo disparado aponta para a gravidade da situação em curso. Porém, há um ponto cego na constatação de Jonas, relativo ao sucesso de uma ética para a civilização tecnológica, pois não infere as consequências do uso de freios voluntários à ciência, que implicará mudanças no modo de produção globalizado. Uma vez que acorrentar Prometeu, novamente, significará acorrentar o par complementar da ciência, que tem sido o mote do desenvolvimento econômico, que é a dinâmica do capital. Sem a ciência, a *economia* capitalista não teria alcançado os píncaros atingidos da acumulação de capital, que é trabalho cristalizado e morto, combinado aos acúmulos de ciência e de tecnologia. Jonas parece prescindir do enfrentamento direto deste ponto nevrálgico, que significaria o redirecionamento da pesquisa científica sob controle ético, com fim precípuo de desacelerar tal corrida em vista da possibilidade do estancamento da acumulação infinita de riquezas e da destruição da natureza, promovidos, pontualmente, pelo modo de produção capitalista. Em algumas passagens de *O Princípio Responsabilidade*, Jonas aponta para a dificuldade, mas de modo lateral.¹² Como superar esta dificuldade real? Tragtenberg e Bernardo, trataram-na com acuidade o assunto, em estudos distintos, *O Inimigo Oculto* e “Ecologia e Capitalismo”¹³. Ressalvada a interrogação jonasiana acerca do fato do princípio responsabilidade não ter estado, ainda, no centro das teorias éticas.

A responsabilidade, entre o Ser e o dever

Com a finalidade de colocar o princípio responsabilidade no centro da nova ética, em construção, Jonas parte do pressuposto de que um novo imperativo, aos moldes do imperativo categórico kantiano, deverá basear-se em “uma demanda imanente daquilo que é bom por si mesmo, (logo), que deve realizar-se”, em contraposição ao não fundar-se, simplesmente, em uma “vontade dominadora”, vez que tal bem em si mesmo, conforme sustentado em passagens anteriores da obra *O Princípio Responsabilidade* e desenvolvido em

¹² Desde o “Prefácio”, de *O Princípio Responsabilidade*, a primeira assertiva atrela o advento de “O Prometeu definitivamente desacorrentado, ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia o impulso infatigável (JONAS, 2006, p.21)”, porém, sem continuidade na linha de uma crítica do processo econômico como causa das agressões à natureza. Em outras passagens do livro, a questão reaparece, como no Capítulo IV, item “3. A expectativa do progresso técnico-científico”; Cap. V, item “1. A ameaça de catástrofe decorrente do êxito excessivo”; Cap. V, item “a. *Economia das necessidades versus economia de lucros: burocracia versus livre empresa*”; Cap. V, item “b. *O progresso técnico e sua ambivalência ética*” e Cap. V, item “b. *Os efeitos desmoralizantes da exploração econômica*” (JONAS, 2006, pp. 204-206; 235-236; 243-244; 271-273 e 274-276, respectivamente, sob abordagem de modo indireto na construção da crítica à civilização tecnológica.

¹³ BERNARDO, 1979 e TRAGTENBERG, 2009, p.213-221. Trata-se do Capítulo, “Ecologia e Capitalismo”, In TRAGTENBERG, M., *A Falência da Política*, artigo, originalmente, publicado na *Folha de S. Paulo*, “Caderno Folhetim”, de 09/08/1981.

The Phenomenon of Life, obra de 1966, seria o Ser. Tomando em conta que fundamentar “no Ser o ‘bem’ ou o ‘valor’ significa franquear a pretensa distância que existe entre o Ser e o dever”, pois, considera que “de acordo com sua própria definição, esse bem ou valor, quando existe por si mesmo e não graças a desejo, necessidade ou escolha, é algo cuja possibilidade contém a exigência de sua realização.” Aqui Jonas caminha sobre trilhas éticas kantianas. Contudo, ressalva que “o ‘ser em si’ do ‘bem ou do valor’ significa pertencer ao reino do Ser (não necessariamente, contudo, pertencer à atualidade particular do existente), o que faz com que a axiologia se torne uma parte da ontologia”. A passagem chave para compreensão dos nexos entre bem e valor, alinhados pelo Ser, apresenta uma questão: “como isso se relaciona com os resultados que obtivemos até agora a respeito do Ser na natureza?”¹⁴.

Jonas pondera que se “a natureza cultiva finalidades ou objetivos” e, como é de supor-se, “também atribui valores”. Passo complexo e, de certa forma, tenso ao interligar bem e mal, relativamente à finalidade da natureza. Pois, sugere outra questão: “terá sentido dizer que algo deve ser, se ele mesmo promove a sua realização por meio da pulsão, do instinto ou da vontade?” Como referido, “tal coisa seria um ‘bem em si’”. Ao que Jonas prossegue, afirmando que “até agora, o bem e o mal se mostraram apenas como correlatos de uma orientação para um fim que já existia, à qual cabe exercer aquele poder sobre a vontade que aflora *ex post facto* (depois de certo fato) nas suas ‘decisões’, no seu resultado”. Sob um passo de raciocínio louvável, Jonas, afirma que a “finalidade se impõe e não necessita de nenhum dever; tampouco é capaz de fundamentá-lo”. Conclui que no “melhor dos casos, ela utiliza a ficção de um ‘dever’ como instrumento do seu poder”¹⁵.

Em outro passo, ao traçar os desígnios da “auto-afirmação do Ser” em sua finalidade [...] conclui que o “Ser mostra na finalidade a sua razão de ser”. Afirmção aparentemente, redundante, porém, a promover um salto de raciocínio ao caracterizar a vida como a “confrontação explícita do Ser com o não-Ser”, que “abriga em si a possibilidade de não-Ser como uma antítese sempre presente, como ameaça”¹⁶. Para Jonas, o Ser é definido a partir de “um interesse positivo” e “uma escolha permanente de si mesmo” ao afirmar “o seu próprio fim”¹⁷. Porém, o fato de o Ser firmar-se como seu próprio fim, não o transforma em emanção do dever, pois o fim do Ser, imposto ao homem, apenas à medida em que se julga digna de tornar-se objeto a ser perseguido,

¹⁴ JONAS, 2006, p.149.

¹⁵ JONAS, 2006, p.149-150.

¹⁶ JONAS, 206, p.152.

¹⁷ JONAS, 2006, p.152.

moralmente. Assim, deve-se concluir pela superioridade do Ser em relação ao não-Ser, pois, Jonas identifica no Ser o fim do agir ético, destacando que “não é a lei moral que motiva a ação moral, mas o apelo do bem em si no mundo, que confronta minha vontade e exige obediência – de acordo com a lei moral”¹⁸. Jonas está novamente, sobre raia kantianas, porém o resultado será dado para além da argumentação reflexiva de matriz deontológica. Parece que a esta altura dá-se o fundamento do princípio responsabilidade, como causa de desdobramentos em curso da obra em pauta, relativamente ao aceitação da ética deontológica, até a atualização da fórmula do imperativo categórico, de modo a contemplar a inclusão da natureza sob a responsabilidade ética da civilização tecnológica.

Há na sequência da reflexão sintética, um tratamento pleno de filigranas a esmiuçar a responsabilidade e diferenciá-la de outras formas, como a legal e a moral. A fina análise permite a compreensão do *status* do conceito em questão: a criação de uma nova ética, que se ocupe da totalidade da vida na Terra, não apenas a humana, como trabalhada pela ética tradicional, de modo sintomático pela ética deontológica. A lutar de modo incansável pela continuidade da humanidade presente, resultado de milênios de evolução, no presente e ao futuro próximo, mas, sobremaneira ao futuro distante, que somente será possível alcançá-lo se toda ação humana estiver voltada para tais fins. Tarefa ética excelente, porém se os fins são claros, resta saber que meios poderão facilitá-los? Talvez desde uma pergunta acerca da natureza.

O que é a natureza? O que tem sido a natureza? Ela é única, como um todo ou compõe-se de microsistemas condensados e inter-relacionados entre si? A filosofia pode e não pode responder a estas questões, atualizando as primeiras interrogações acerca da *physis*, entendida como natureza em movimento, “brotação”, lançadas pelos fisiólogos antigos. Como hipótese, porque se tomado em conta o novo tempo-axial, inaugurado com o advento da ciência moderna, (fundada no método experimental, no conhecimento empírico e em modelos teóricos, além da matematização da terra) a natureza tem sido segmentada tanto pela distribuição em áreas de conhecimento científico, quanto pela forma consolidada de olhar a natureza, como se não houvesse integração interna-externa, pois ela estaria setorizada: o mar diversificado entre si; a terra com faces diversas; o ar com modos próprios e o fogo, como tem sido pensado pela pesquisa científica. Ao que tudo indica, Jonas não definiu o que compreende por natureza em si, mesmo a tendo como objeto de interrogação e de análise ético-filosófica, tendo se detido na questão mais incisiva da vida, apontando para um organismo vivo, dinâmico e com

¹⁸ JONAS, 2006, p. 156.

todas as partes implicadas entre si, sem perder de vista o halo de ser um todo vivo e em movimento. Porém, a filosofia, e em particular a ética, podem e devem interrogar pelos fins da pesquisa científica e a correspondente aplicabilidade técnica de seus resultados sobre a biosfera. Eis o *locus* da atualidade da ética em construção, de Hans Jonas. Sobremaneira, quando a pesquisa científica adentra a natureza humana, corpo e psiquê, - de modo didático, sem conceder a conceituação cartesiana -, com pretensões de corrigi-los via medicamentos. Lembrando que para Jonas, a técnica, até então, fora considerada neutra, menos a medicina, até próximo do tempo atual. O que fazer na linha da ética e da *praxis* política? – Eis a questão: a natureza é somente herança genética sem alteração? Ou pode ser alterada? Se sim, segundo que substrato ético? A proposta do Dr. Liao apresentada ao início do texto responde ou encaminha a resolução, em parte, do problema ou dos problemas? Donde se deduz que é necessário definir o que se compreende por natureza, amplamente.

À guisa de conclusão

O princípio responsabilidade deve pautar o debate ético para a civilização tecnológica, em vista tanto da fundamentação metafísica e da derivação ontológica, quanto pelas evidências e desdobramentos da “natureza modificada do agir humano”. Neste ponto, a obra jonasiana apresenta-se como pioneira, a ponto de permitir a crítica da convergência entre ciência e técnica, além de outra a ser discutida sob outra aragem, que é a da conjunção do princípio responsabilidade e a noção de “ainda-não consciente”, blochiano. Pois, para Jonas há que se abandonar o utopismo, um dos motores da ilusão científico-técnica a compor o costume arraigado do tempo presente. Porém, a chave de compreensão e da *praxis* do “ainda-não consciente” de Bloch¹⁹ poderá mobilizar com mais força horizontes de negação da ordem em curso, que é a de destruição da natureza, de nenhuma garantia da continuidade de uma vida autêntica e do pensar ético em vista das gerações futuras.

Como pensado e registrado de uma perspectiva biológica e contratual, que parece jogar luz ao esboçado acerca do princípio responsabilidade, Serres escreveu: “O parasita agarra tudo e não dá nada; o hospedeiro dá tudo e não agarra nada. O direito de dominação e de propriedade reduz-se ao parasitismo. Pelo contrário, o direito da simbiose define-se pela reciprocidade: aquilo que a

¹⁹ Pois, para Ernst Bloch: “A utopia é, na sua forma concreta, a vontade testada rumo ao ser do tudo; nela, atua, portanto, o *páthos* do ser, que, anteriormente, esteve voltado para uma ordem do mundo, até uma ordem do supramundo, bem-sucedida, supostamente já fundada de modo bem-acabado. Porém, esse *páthos* age como um *páthos* do ainda-não-ser e da esperança do *summum bonum* que está nele; (BLOCH, 2005, p.307).”

natureza dá ao homem é o que este lhe deve dar a ela, tornada sujeito de direito”²⁰

Parece incoerente tratar de tal princípio ético da responsabilidade, pisando em solo brasileiro e estando nos tempos em que estamos, sem fazer menção ao desastre ecológico da cidade de Mariana, Minas Gerais, ocorrido ao final de 2015, que encontra-se como que naturalizado em sua recepção pela população em geral, graças à lentidão do Judiciário ao retardar a responsabilização do Estado e das empresas envolvidas pelo “sumiço” ecológico do Rio Doce, pelas mortes humanas e pela destruição do ecossistema ao redor do rio, a gerar desequilíbrio natural na região, entre o Estado de origem, Minas Gerais, e de seu desembocque, Espírito Santo. E há pouco, o órgão máximo da Justiça suspendeu o pagamento das multas devidas pelas companhias, por um período indeterminado. Em parte, também pela excessiva exposição midiática do fato ao momento do acontecido, o que findou por gerar um esvaziamento das implicações mais profundas do desastre²¹. Afinal, uma verdade muitas vezes repetida, sem o direcionamento humano e natural adequado, parece fazer com que se perca a força trágica, pela diluição, pela horizontalização do acontecimento. – Sem água e, sobretudo, sem a preservação das águas não há futuro possível para a humanidade.

Referências

ANSEDE, M., “Podemos oferecer a opção de ter um filho alto ou dois filhos de tamanho médio: Filósofo propõe reduzir a estatura das pessoas para lutar

²⁰ SERRES, s.d., p.66. *A título de ilustração*. Sugere-se o vídeo, baseado em desenho de Escher, intitulado “Sky and Water”, sobremaneira, pelos movimentos de translação peixe-pássaro, como uma mutação, ora peixe ou pássaro, a compor peixe com pássaro, desde o desenho original, de Escher, de 1938. O vídeo mantém o título homônimo do artista. Acessível pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=2KfSdOhgMvk>

²¹ Por mais conhecida e divulgada que a seja a histórica crônica, reafirma-se a cada oportunidade: “O célebre Cacique Seattle, a quem é atribuído o discurso mais lírico de um nativo americano em relação à Natureza, lamentou profundamente a insensibilidade do homem branco à força vital e à magia dos rios. Líder dos suquamish e duwamish, no território que hoje é o estado americano de Washington, o Cacique Seattle expôs, em 1854, a um representante do governo interessado na compra de suas antigas terras, as razões que explicam o fato de um ‘homem branco não ter coração’, no sentido alegórico dessa expressão. Após pousar a mão sobre a cabeça do representante do governo do presidente Franklin Pierce, o líder indígena começou sua longa fala repleta de sentido poético e a certa altura disse: ‘esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas o sangue de nossos ancestrais. Se vendermos nossas terras, vocês deverão lembrar-se de que ela é sagrada e ensinarão seus filhos que ela é sagrada. Que cada reflexo na superfície de um lago é a memória de acontecimentos e recordações da vida do meu povo’. A ‘sonoridade das águas’, acrescentou o chefe indígena, ‘é a voz do pai do meu pai. Os rios são os nossos irmãos e saciam a nossa sede. Os rios transportaram nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se vendermos nossas terras a vocês, deverão lembrar disso e ensinar seus filhos que os rios são irmãos nossos e também irmãos de vocês. Deverão dedicar a eles o carinho e o afeto que oferecemos a um irmão (CAPOZZOLI, 2016, p.33-34).”

contra a mudança climática”. Matéria e entrevista com o Dr. Matthew Liao, *Jornal El País*, eletrônico, do dia 07 de abril de 2017, acessível pelo link http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/ciencia/1491499309_778401.html (Acesso dia 20/08/2017).

BACON, F. *Ensaíos*. Tradução Álvaro Ribeiro, 3ª edição. Lisboa: Guimarães, 1992. (BACON, F., *Essays*, London, Wordsworth Editions, 1997).

BERNARDO, J. *O Inimigo Oculto*: ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

BLOCH, E. *O Princípio Esperança*, tradução Nélio Schneider, vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 2005. (BLOCH, E., *Das Prinzip Hoffnung*, Erster Band, Berlin, Aufbau-Verlag, 1960).

BORNHEIM, G. “O sujeito e a norma”. In: NOVAES, A. (Org.), *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CAPOZZOLI, U. *A Terceira Margem do Rio*: as águas do Ribeirão das Antas e as histórias que elas contam. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

JONAS, H., *O Princípio Responsabilidade*: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa e Luis Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. (JONAS, H., *Das Prinzip Verantwortung*: Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003).

JONAS, H. *Técnica, Medicina e Ética*: sobre a prática do princípio responsabilidade. Tradução Grupo de Trabalho Hans Jonas da ANPOF, 2013. (JONAS, H., *Technik, Medizin und Ethik*: Praxis des Prinzips Verantwortung, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1987).

KANT, I., *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarola/Discursos Editoriais, 2009.

LEOPARDI, G., *Giacomo Leopardi – poesia e prosa*. Tradutores diversos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

MAQUIAVEL, N., *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Tradução MF, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MONTEIRO LOBATO, J. B. *A Chave do Tamanho*. Brasiliense, 1960.

SERRES, M. *O Contrato Social*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.

TEIXEIRA, F. R. *Fim do Ethos antigo e ocaso das ilusões*: Giacomo Leopardi e a modernidade. Tese Filosofia. São Paulo: USP, 2013.

TRAGTENBERG, M. A *Falência da Política*. São Paulo: Unesp, 2009.

VAZ, C. H. de L. “Ética e Civilização”. In: *Síntese Nova Fase*, 49, p.5-14, 1990.

VELOSO, C. canção “Fora da Ordem”. Álbum *Circuladô*, 1991.

VICO, G. *Ciência Nova*. Tradução Jorge Vaz de Carvalho, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.